



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0002566-77.2017.8.26.0566 - 2017/000771**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo**
 Documento de Origem: **CF, OF, IP-Flagr. - 881/2017 - 4º Distrito Policial de São Carlos, 468/2017 - DEL.SEC.SÃO CARLOS PLANTÃO, 72/2017 - 1º Distrito Policial de Santa Fé do Sul**
 Réu: **VINICIUS RODRIGUES DE ALCANTARA e outro**
 Data da Audiência: **19/07/2018**

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **VINICIUS RODRIGUES DE ALCANTARA E MATHEUS MARTINS RIBEIRO**, realizada no dia 19 de julho de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado **VINICIUS RODRIGUES DE ALCÂNTARA**, acompanhado dos Defensores **DR. MARCOS ELIAS BOCELLI (OAB 388535/SP)** e **DR. MARCOS ELIAS BOCELLI JÚNIOR (OAB 221.051/SP)**; ausente o acusado **MATHEUS MARTINS RIBEIRO**, estando presente o Defensor **DR. CELSO BENEDITO CAMARGO (OAB 136774/SP)**. Iniciados os trabalhos, o MM. Juiz declarou a revelia do acusado Matheus Martins Ribeiro, tendo em vista que mudou-se de residência e não comunicou novo endereço ao juízo, nos termos do artigo 367 do Código Penal. Após, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas as vítimas **IZIR CISINO DO PRADO SILVA** e **JOSÉ DA SILVA** e a testemunha **HAENDEL DO PRADO SILVA, CLAUDINEI MORAES DA SILVA**, sendo realizado o interrogatório do acusado **VINICIUS RODRIGUES DE ALCÂNTARA** (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). As partes desistiram das demais oitivas, o que foi homologado pelo MM Juiz. Após, não havendo outras provas a serem produzidas, o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais, os quais foram realizados em mídia digital (*Conteúdo captado*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. VINICIUS RODRIGUES DE ALCANTARA e MATHEUS MARTINS RIBEIRO**, qualificados, foram denunciados como incurso no artigo 157, §2º, II, c.c. artigo 14, II, ambos do Código Penal e no artigo 244-B do ECA. Os réus foram citados e ofereceram resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a improcedência da ação penal, tendo as defesas acompanhado o pedido ministerial. **É o relatório. DECIDO.** Acolho os motivos expostos por ambas as partes e os tomo como minhas razões de decidir, para fundamentar a impossibilidade de embasamento de um decreto penal condenatório. Ante o exposto, julgo improcedente o pedido contido na denúncia absolvendo-se os réus **VINICIUS RODRIGUES DE ALCANTARA e MATHEUS MARTINS RIBEIRO** da imputação de ter violado o disposto no artigo 157, §2º, II, c.c. artigo 14, II, ambos do Código Penal e no artigo 244-B do ECA, com base no artigo 386, VII, do Código de Processo Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, _____, Luis Guilherme Pereira Borges, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

<p>DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA</p>
--

Promotor:

Acusado:

Defensores